



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 17 DE JULHO DE 2024.

Aprova a implementação do projeto “A organização da Atenção Ambulatorial Especializada em rede com a Atenção Primária à Saúde”, intitulado PlanificaSUS, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria de Consolidação nº 01, 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Portaria de Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 04, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 06, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.319, de 13 de abril de 2016, que aprova a Política Estadual de Atenção Primária à Saúde de Minas Gerais (PEAPS/MG);
- considerando o Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Secretários de Saúde-CONASS e a SES-MG, com vistas ao desenvolvimento e execução da Planificação da Atenção à Saúde em Minas Gerais;
- considerando a necessidade de reorganizar a Atenção Primária em Saúde - APS e a Atenção Ambulatorial Especializada - AAE, com base na adoção de práticas de gerenciamento otimizado, em vista a obtenção de eficiência das Redes de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS;
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 309ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de julho de 2024.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a adesão da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais ao projeto “A organização da Atenção Ambulatorial Especializada em rede com a Atenção Primária à Saúde”, intitulado PlanificaSUS, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), que tem como objetivo dar continuidade à implantação da metodologia de Planificação da Atenção à Saúde, proposta pelo CONASS.

§ 1º - O Projeto de que trata o *caput* deste artigo objetiva fortalecer o papel da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Ambulatorial Especializada na organização da Rede de Atenção à Saúde no SUS, nas linhas de cuidado prioritárias Materno-Infantil e HAS/DM.

§ 2º - O Projeto será realizado na Macrorregião de Saúde do Jequitinhonha, que participou da Fase 2 do PlanificaSUS (Triênio 2021-2023) com 31 municípios.

§ 3º - A execução será realizada ao longo do Triênio 2024-2026.

Art. 2º - A implantação da Planificação da Atenção à Saúde (PAS) será realizado por meio de Ciclos de Melhorias organizados em fase de planejamento, fase operacional e fase de monitoramento e avaliação.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 1º - As atividades de operacionalização correspondem à realização de workshops, oficinas tutoriais em unidades de APS e AAE e outras atividades complementares.

§ 2º - O público-alvo é o corpo técnico da Secretaria Estadual de Saúde (SES), nível central e Unidades Regionais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde (SMS), equipes lotadas nas unidades de APS e unidades da AAE da Região de Saúde.

§ 3º - O planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos ciclos de melhoria estão sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde, caso necessário, com apoio de equipes contratadas para prestação de Consultoria.

Art. 3º - Ficam acordadas as seguintes premissas para a adesão dos municípios ao Projeto:

I - a Região de Saúde e seus municípios deverão seguir o Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC), além das diretrizes estabelecidas para os Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE), conforme descrito na Resolução SES/MG nº 6.946/2019 e suas modificações subsequentes, bem como para os pontos de ampliação da média complexidade, conforme previsto na Deliberação CIB-SUSMG 3.992/2022 e Deliberação CIB-SUSMG 3.993/2023;

II - deverão ter disponibilidade para melhorias na APS, relativas à fixação e ao cumprimento de carga horária dos profissionais, e à estrutura física e ao abastecimento das unidades;

III - deverão ter disponibilidade para ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família para, no mínimo, 70%;

IV - é recomendável que todos os municípios da Região de Saúde tenham pelo menos uma Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde (eMulti);

V - é recomendável que a cobertura de Saúde Bucal nos municípios da Região de Saúde seja de, no mínimo, 50%;

VI - na Região de Saúde, deve existir um Centro Estadual de Atenção Especializada como ambulatório de Atenção Especializada em funcionamento, de acordo com a Política Nacional e Estadual de Atenção Especializada;

VII - a Região de Saúde deverá apresentar disponibilidade para reorganização/qualificação dos sistemas de apoio e logístico, de acordo com as regras pactuadas e legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, por exemplo;

VIII - os municípios deverão aderir no mínimo 100% de suas unidades de APS.

Art. 4º - Ficam definidos os seguintes critérios para a definição das Unidades de Atenção Básica à Saúde que participarão das atividades do Projeto:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- I - as unidades de APS deverão ter disponibilidade para trabalhar dentro dos parâmetros estabelecidos pela PNAB;
- II - a equipe de APS deve ter carga horaria protegida para execução das ações do projeto (educação permanente, planejamento, operacionalização, monitoramento e avaliação);
- III - as unidades de APS deverão contar com carga horária profissional protegida para realização de matriciamento com a Atenção Especializada;
- IV - para os territórios que trabalharão com ambulatório de Atenção Especializada no modelo PASA, pactuar carga horária protegida para realização de atividades educacionais e supervisionais junto a equipe do ambulatório de referência;
- V - recomenda-se que todas as equipes de APS lotadas nos serviços participem das atividades de operacionalização dos ciclos de melhoria (eSF, eCR, eMulti, eSB, equipe administrativa e entre outras).

Art. 5º - Ficam definidos os seguintes critérios para a definição dos Centros Estaduais de Atenção Especializada que participarão das atividades do Projeto:

- I - a unidade de AAE deverá ter equipe multiprofissional, de acordo com a carteira de serviços referentes a linha de cuidado da RAS prioritária, preconizada pela SES/MG;
- II - a Unidade de AAE deve garantir a realização de exames especializados previstos na carteira de serviços referente à linha de cuidado da RAS prioritária;
- III - é recomendado que a unidade de AAE tenha a equipe multiprofissional contratada com carga horária fixa e dedicada à atuação do modelo proposto, sem prejuízo às eMulti e/ou a outros serviços da RAS;
- IV - a unidade de AAE deverá ter regras relacionadas ao modelo de atenção (cobertura populacional, qualidade de atendimento, estabilidade clínica do usuário e apoio às equipes da APS);
- V - a equipe da unidade de AAE realizarão, quando necessário, atividades de matriciamento para ofertar suporte às equipes de APS do território de abrangência do ambulatório;
- VI - a unidade de AAE deverá dimensionar os serviços do ambulatório com base populacional, de acordo com o modelo de atenção proposto e as metas preconizadas Resolução SES/MG nº 6.946/2019;
- VII - a unidade de AAE deverá dispor de carga horária para desenvolvimento de ações relacionadas aos macroprocessos assistencial, supervisional/ apoio institucional, educacional e pesquisa sem prejuízo do atendimento assistencial previsto e ofertado;
- VIII - recomenda-se que todas as equipes de AAE lotadas nos serviços participem das atividades de operacionalização dos ciclos de melhoria.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 6º - Para que os Municípios possam participar das atividades de que trata o caput deste artigo deverá ser assinado Termo de Cooperação, Ciência e Responsabilidade no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde – SiG-RES, ou outra forma definida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG).

§ 1º - Os instrumentos deverão ser assinados no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

§ 2º - O Termo definirá as responsabilidades das partes e descreverá os critérios para participação dos municípios e serviços.

Art. 7º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2024.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

MINUTA CIB